



## AS CONTRIBUIÇÕES DO CICLO FORMATIVO PARA PROFESSORAS(ES) E GESTORAS(ES) DA EDUCAÇÃO INFANTIL E O PROCESSO DE FORTALECIMENTO DO REGIME DE COLABORAÇÃO NO ESTADO DO CEARÁ

### *THE CONTRIBUTIONS OF THE TRAINING CYCLE FOR TEACHERS AND SCHOOL LEADERS IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION AND THE PROCESS OF STRENGTHENING THE COLLABORATIVE REGIME IN THE STATE OF CEARÁ, BRAZIL*

Iêda Maria Maia Pires<sup>1</sup>  
Érica Maria Laurentino de Queiroz<sup>2</sup>  
Wandelcy Peres Pinto<sup>3</sup>

#### **RESUMO:**

Este artigo analisa o Acordo de Cooperação Técnica entre o Estado do Ceará e seus municípios, compreendido como eixo estruturante das políticas formativas voltadas à Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com incursão histórica e análise documental, a fim de compreender como essa forma de governança compartilhada, mediada pelas CREDEs, sustentada por princípios de Regime de Colaboração, tem possibilitado o desdobramento das formações continuadas e em serviço, o intercâmbio de saberes e a consolidação de uma rede colaborativa de aprendizagem nos 184 municípios cearenses. Nesse sentido, analisa-se também o percurso histórico da formação continuada de gestoras(es) e de professoras(es), organizada por uma equipe de profissionais que atuam na primeira etapa da Educação Básica, na Seduc/Sede. Essa formação, planejada e realizada pela Coordenadoria de Educação e Promoção Social (COEPS) e pela Célula de Apoio e Desenvolvimento da Educação Infantil (CADIN), em parceria com as redes municipais, tem como propósito fortalecer a identidade profissional de gestoras(es) e de professoras(es), promover a equidade

<sup>1</sup> Doutora em Educação pela Université Paris Descartes, Paris V (França); Faz parte do grupo de gestores de Educação Infantil da Seduc-CE.

<sup>2</sup> Mestra em Educação pela Universidade do Atlântico (UniAtlântico); Orientadora da Célula de Apoio e Desenvolvimento da Educação Infantil-Seduc-CE.

<sup>3</sup> Especialista em Educação pela Universidade de Brasília (UNB); Faz parte do grupo de formação de professores de Educação Infantil da Seduc-CE.

educacional e favorecer condições humanas e pedagógicas que assegurem o desenvolvimento integral das crianças. A formação continuada, por sua vez, desdobra-se com o intuito de alcançar todas(os) profissionais da Educação Infantil nos 184 municípios cearenses, contando com o apoio das CREDEs, o que legitima e fortalece o Regime de Colaboração. O referencial teórico ancora-se em autoras(es) como Nóvoa (1995), Imbernón (2010), Oliveira-Formosinho (2002, 2009, 2011), Kramer (2008), Fochi (2013), Rosemberg (1999) e Ostetto (2000, 2011), que concebem a formação como processo identitário, colaborativo, reflexivo e ético. Destaca-se, ainda, a contribuição de Fochi (2013), ao valorizar a escuta sensível, a documentação pedagógica e o protagonismo infantil como instrumentos de reflexão e transformação da prática docente, de Fúlvia Rosemberg (1999), ao compreender a formação como eixo de construção da qualidade social e da equidade na Educação Infantil, e de Ostetto (2000, 2011) que a defende como processo contínuo, coletivo e reflexivo, no qual a(o) professora(or) constrói relações com a(o) outra(o) e com a prática. As ações formativas desenvolvidas no Ceará configuram-se, assim, como prática sociopolítica de valorização docente, de fortalecimento da gestão democrática e de promoção da qualidade social e equitativa da Educação Infantil.

**Palavras-Chave:** Educação Infantil. Acordo de Cooperação. Formação Continuada de Professoras(ores) e Gestoras(es).

#### **ABSTRACT:**

This article analyzes the Technical Cooperation Agreement between the State of Ceará and its municipalities, understood as a structuring axis for formative policies aimed at Early Childhood Education, the first stage of Basic Education. The research adopts a qualitative approach, combining historical investigation and documentary analysis, to understand how this form of shared governance, mediated by the Regional Education Coordination Offices (CREDEs) and supported by the principles of a Collaborative Regime, has enabled the development of continuing and in-service training, the exchange of knowledge, and the consolidation of a collaborative learning network across Ceará's 184 municipalities. In this context, the historical trajectory of continuing education for managers and teachers is also analyzed. This education is organized by a team of professionals working in the first stage of Basic Education at the Seduc/Headquarters. The training, planned and executed by the Coordination of Education and Social Promotion (COEPS) and the Early Childhood Education Support and Development Cell (CADIN), in partnership with municipal networks, aims to strengthen the professional identity of managers and teachers, promote educational equity, and foster human and pedagogical conditions that ensure the holistic development of children. This continuing education, in turn, expands to reach all Early Childhood Education professionals in the 184 municipalities of Ceará, with the support of the CREDEs, which legitimizes and strengthens the Collaborative Regime. The theoretical framework is anchored in authors such as Nóvoa (1995), Imbernón (2010), Oliveira-Formosinho (2002, 2009, 2011), Kramer (2008), Fochi (2013), Rosemberg (1999), and Ostetto (2000, 2011), who conceive training as an identity-building, collaborative, reflective, and ethical process. The contributions of Fochi (2013) are also highlighted, emphasizing sensitive listening, pedagogical documentation, and child agency as instruments for reflection and transformation of teaching practice. Fúlvia Rosemberg (1999) is noted for understanding training as a

cornerstone for building social quality and equity in Early Childhood Education, and Ostetto (2000, 2011) for advocating it as a continuous, collective, and reflective process in which teachers build relationships with others and with their practice. The formative actions developed in Ceará thus constitute a sociopolitical practice that promotes teacher appreciation, strengthens democratic management, and advances the social and equitable quality of Early Childhood Education.

**Keywords:** Early Childhood Education. Cooperation Agreement. Continuing Education for Teachers and Managers.

## 1 INTRODUÇÃO

A experiência do Estado do Ceará tem se constituído, nas duas últimas décadas, uma das práticas mais consistentes de materialização do Regime de Colaboração entre Estado e municípios no campo educacional brasileiro. Fundamentado nos princípios constitucionais estabelecidos no artigo 211, da Constituição Federal de 1988, e nos artigos 8º a 11º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), o Regime de Colaboração prevê que a União, os Estados e os Municípios organizem seus sistemas de ensino de forma articulada, compartilhando responsabilidades administrativas, técnicas e financeiras com vistas à garantia do direito à educação com qualidade e equidade.

No Ceará, esse princípio ganhou expressão concreta por meio de um modelo de governança colaborativa, sustentado por Acordos de Cooperação Técnica, firmados entre a Secretaria da Educação do Estado (Seduc/CE) e os 184 municípios cearenses. Esse arranjo interinstitucional permitiu que as políticas educacionais fossem planejadas, executadas e monitoradas de maneira articulada, garantindo apoio técnico, formativo e financeiro aos municípios – especialmente àqueles com menor capacidade de gestão e infraestrutura educacional.

Entre as ações mais emblemáticas desse processo destaca-se o Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC), instituído em 2007 e reconhecido nacionalmente como referência em política pública colaborativa. O PAIC foi concebido a partir da compreensão de que nenhum município poderia, isoladamente, garantir a alfabetização de todas as crianças cearenses, sendo necessária uma ação integrada entre Estado e municípios, mediada por assessoria

técnica, formação continuada, produção de materiais didáticos, avaliação externa e acompanhamento sistemático.(Gomes; Braga; Sousa, 2020, p. 69-83).

A estrutura do programa, organizada em cinco eixos – Gestão Municipal da Educação, Gestão Pedagógica da Alfabetização, Educação Infantil, Literatura Infantil e Avaliação Externa –, consolidou uma metodologia de trabalho que associava planejamento estratégico, acompanhamento pedagógico e formação em rede.

O Eixo de Educação Infantil, em particular, teve papel decisivo ao oferecer apoio técnico e formação continuada às equipes municipais na elaboração de políticas locais de Educação Infantil, na orientação para o credenciamento das instituições e na implantação de Propostas Pedagógicas alinhadas às diretrizes nacionais. A formação continuada e em serviço de professoras(es), gestoras(es) e demais profissionais da primeira infância tornou-se um dos pilares dessa política, promovendo a valorização profissional e o fortalecimento institucional das redes municipais.

A Seduc/CE operacionalizou o Regime de Colaboração por meio de Acordos de Cooperação Técnica com a Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), viabilizando o pagamento de bolsas para gerentes e técnicos municipais do PAIC e assegurando a presença permanente de equipes locais dedicadas à implementação das ações formativas. Esse modelo garantiu capilaridade e continuidade às políticas públicas, uma vez que cada município passou a contar com pessoal técnico especializado e acompanhamento sistemático das Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDEs/Seduc).

Além da formação docente, o Regime de Colaboração também se expressou no compartilhamento de instrumentos de gestão e avaliação, como o SPAECE-Alfa, a Provinha PAIC e o Prêmio Escola Nota 10. Esses mecanismos, aliados à política de incentivo e reconhecimento das boas práticas, consolidaram uma cultura de monitoramento, corresponsabilidade e melhoria contínua da aprendizagem. A gestão colaborativa cearense transformou o acompanhamento de resultados em uma estratégia pedagógica coletiva, envolvendo escolas, municípios e Estado em um mesmo propósito: garantir que toda criança aprendesse a ler e a escrever na idade certa.

O impacto desse Regime de Colaboração ultrapassou os indicadores de alfabetização e alcançou dimensões mais amplas do desenvolvimento educacional. A partir da base construída pelo PAIC, o Ceará expandiu sua atuação para outras etapas e modalidades, incluindo a Educação Infantil, o Ensino Fundamental de nove anos, a Educação em Tempo Integral e, mais recentemente, as ações voltadas à primeira infância assegurando a qualidade com equidade. Essa trajetória demonstra que a colaboração intergovernamental, quando planejada com continuidade e institucionalizada, tem potencial de induzir políticas públicas sustentáveis, integradas e orientadas por resultados pedagógicos e humanos.

No campo da Educação Infantil, o Regime de Colaboração Cearense assumiu papel estratégico na consolidação das políticas municipais, especialmente no que se refere à Formação Continuada de Professoras/es e gestoras/es. (Pires; Macário; Pinto, 2020, p. 54-86). Impulsionou à implantação dos Parâmetros para Promoção da Qualidade e Equidade da Educação Infantil Cearenses, com a finalidade de promover e assegurar o desenvolvimento integral das crianças de 0 a 5 anos com qualidade e equidade. Essa atuação dialogou com a implementação do Ensino Fundamental de nove anos (Lei nº 11.274/2006), momento em que o Estado apoiou os municípios na reorganização curricular, na adequação da faixa etária para cada etapa e na articulação entre Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental.

A experiência do Ceará, portanto, reafirma o sentido mais profundo do Regime de Colaboração: não apenas uma exigência legal, mas uma estratégia de corresponsabilidade e solidariedade federativa que possibilita a redução das desigualdades regionais e o fortalecimento das capacidades locais de gestão e formação docente. Ao articular Estado e municípios em torno de metas comuns, respeitando as especificidades de cada território, o Ceará construiu um modelo de política pública sustentável, participativa e orientada pela equidade, tornando-se referência nacional na implementação de políticas educacionais de longo prazo.

O fortalecimento do Regime de Colaboração entre estado e municípios cearenses, na etapa da Educação Infantil, ocorreu inicialmente por meio da Coordenadoria de Cooperação com os Municípios (COPEM), que assumiu a formação de professores, bem como a formação de coordenadoras e coordenadores

pedagógicos e de gestores que atuam com a 1ª etapa da Educação Básica. O Eixo de Educação infantil na COPEM foi estruturado com uma equipe técnica formada por consultoras, bolsistas, tutoras e demais participantes, que juntos criaram o novo e desafiador programa de formação continuada, para fortalecer a Educação Infantil e assegurar, com qualidade, o atendimento para os bebês e crianças cearenses nos 184 municípios cearenses.

## **2 METODOLOGIA**

Para a construção deste artigo, optou-se trabalhar com a abordagem qualitativa e descritiva, no sentido de possibilitar uma análise aprofundada das percepções e impactos da formação continuada de professoras(es) e gestoras(es) envolvidas(os). Considerar o contexto social, político e educacional foi uma prerrogativa importante. O ponto central deste estudo foi analisar o processo de fortalecimento do Regime de Colaboração entre o Estado e os 184 municípios do Ceará. Para isso, realizou-se uma investigação baseada em documentos oficiais da Secretaria da Educação do Ceará (Seduc), artigos que discutem os acordos de cooperação técnica entre Estado e municípios, relatórios das CREDES e materiais formativos utilizados nos ciclos de formação continuada. Essa análise buscou evidenciar a estrutura, os princípios e as diretrizes que orientam a política de formação continuada no Estado do Ceará.

A pesquisa qualitativa busca compreender os processos e sentidos construídos pelos participantes em seus contextos naturais, sendo, portanto, adequada à análise de políticas públicas e práticas formativas, como é o caso da formação continuada de professoras(es) e gestoras(es) da Educação Infantil no Ceará.

A natureza descritiva do estudo justifica-se pela intenção de identificar, caracterizar e compreender os movimentos que consolidaram o Regime de Colaboração no Estado do Ceará, especialmente no tocante às ações formativas e de apoio técnico-pedagógico promovidas pela Secretaria da Educação do Estado (Seduc/CE) e suas instâncias intermediárias. Assim, buscou-se evidenciar o percurso histórico, as diretrizes, os princípios e os instrumentos institucionais que

estruturam a política de formação continuada e o acompanhamento das redes municipais de ensino.

Foi feito estudo bibliográfico fundamentado em autoras(es) que discutem formação continuada e identidade docente, como Nóvoa (1995), Imbernón (2010), Oliveira-Formosinho (2002, 2009, 2011), Kramer (2008), Fochi (2013), Rosemberg (1999) e Ostetto (2000, 2011). Com essa revisão teórica, ampliou-se um leque para compreender o papel da formação na construção da profissionalidade de professoras(es) e gestoras(es) para a melhoria da qualidade da Educação Infantil.

A pesquisa fundamentou-se, também, na análise de documentos oficiais produzidos pela Seduc/CE (Seduc, 2022), com destaque para: Relatórios do Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC), que delineiam as origens e os desdobramentos do Regime de Colaboração entre Estado e municípios; Relatórios e registros das Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDE/CECOM), que detalham a execução das formações e o acompanhamento técnico às redes municipais; e Materiais formativos e cadernos pedagógicos da COEPS e da CADIN, que expressam as concepções, metodologias e princípios pedagógicos que norteiam os ciclos de formação continuada voltados à Educação Infantil.

Essa pesquisa buscou identificar categorias emergentes relacionadas ao fortalecimento da formação docente, à identidade profissional das(os) educadoras(es) e à consolidação do Regime de Colaboração como política pública sustentável. A leitura analítica dos materiais permitiu compreender os fundamentos políticos, pedagógicos e organizacionais que sustentam a experiência cearense e suas repercussões para a melhoria da qualidade da Educação Infantil.

Em síntese, a metodologia adotada permitiu analisar criticamente a política cearense de formação continuada da Educação Infantil, compreendendo-a como prática interinstitucional e formativa, sustentada pelo Regime de Colaboração entre Estado e municípios e articulada às políticas de valorização docente e à promoção da qualidade da Educação Infantil na Primeira Infância.

### 3 DESENVOLVIMENTO

A compreensão do Regime de Colaboração como princípio organizador da educação brasileira exige reconhecer sua natureza constitucional, política e pedagógica. Conforme destaca Cury (2002, p. 7), o Regime de Colaboração “não é mera divisão de tarefas administrativas, mas uma exigência de solidariedade federativa voltada à garantia do direito à educação”. Ou seja, trata-se de um dispositivo de cooperação recíproca entre os entes federados, que busca conjugar autonomia e interdependência na construção de políticas públicas educacionais.

Na mesma perspectiva, a efetivação desse regime requer planejamento integrado e corresponsabilidade entre União, Estados e Municípios, superando a lógica fragmentada de gestão. Para o autor, o Regime de Colaboração é uma “condição estruturante para a democratização do acesso, da permanência e da qualidade da educação básica”. Em outras palavras, ele não se restringe a um instrumento legal, mas configura uma estratégia de governança cooperativa, capaz de articular políticas de financiamento, avaliação, formação e gestão educacional.

No campo da política educacional cearense, o Regime de Colaboração ganhou forma concreta a partir do Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC), o qual transformou a cooperação técnica e financeira entre Estado e municípios em um modelo de gestão compartilhada. Essa configuração expressa o que Vieira (2013, p. 102) define como “colaboração institucionalizada”, ou seja, uma política que se materializa por meio de acordos formais, instâncias permanentes de diálogo e dispositivos de acompanhamento, garantindo continuidade às ações e unidade aos propósitos educativos.

A trajetória do Regime de Colaboração na Educação do Ceará é um marco nacional, pautada pelo engajamento dos atores envolvidos nesse processo e pela vontade política que fomentou a aproximação contínua do estado do Ceará com os municípios cearenses. Essa construção histórica, embora interligada à esfera nacional, distingue-se desta pelas experiências exitosas do estado e pela reciprocidade estabelecida com seus entes federativos.

O aprimoramento da qualidade e da oferta da Educação Básica no território cearense está profundamente enraizado na municipalização, processo que se iniciou de forma precursora à LDB de 1996 (art. 8º). Já em 1995, com a Lei n. 12.452/1995,

um decreto estadual, impulsionado pela Constituição Federal de 1988 e referendado pela Constituição Estadual de 1989, deu largada a um ciclo de engajamento e mutualidade, apesar dos constantes desafios políticos e financeiros. Uma progressão virtuosa se estabeleceu a partir de 1995, garantindo a sustentabilidade do regime.

Nos anos seguintes, o processo de descentralização educacional foi fortalecido por políticas de ampliação da municipalização e de consolidação das redes públicas de ensino, impulsionadas pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), instituído pela Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996. Esse mecanismo de financiamento foi decisivo para o avanço da educação básica, ao assegurar apoio financeiro e redistributivo à gestão municipal.

Nessa nova configuração, o Estado manteve o provimento de recursos técnicos, infraestrutura e acompanhamento pedagógico, enquanto os municípios passaram a responder pela maior parte das matrículas, especialmente no Ensino Fundamental. Posteriormente, a Emenda Constitucional nº 59/2009, ao tornar obrigatória a matrícula de crianças a partir dos quatro anos na Educação Infantil, ampliou o direito à educação e reconfigurou o cenário da primeira infância, ainda que a expansão e a qualidade da oferta de creches permaneçam como desafios a serem enfrentados.

Mesmo diante das limitações orçamentárias e mudanças de gestão, a convergência de ações em prol da equidade educacional predominou, resultando em acordos formalizados, cooperação técnica ampliada e melhoria da infraestrutura física.

Um momento peculiar e catalisador desse processo ocorreu a partir de 2007, quando a União passou a exercer plenamente sua função redistributiva. Este período, marcado pelo fortalecimento do pacto colaborativo e pela criação do Fundeb (2007), propiciou a expansão de uma experiência exitosa do município de Sobral (especialmente na formação de professores) para todo o estado através do Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC).

O PAIC consolidou estratégias como formações de professores, presença técnica nos municípios, repasse de recursos e premiação por desempenho escolar,

ênfatizando a alfabetização e a produção de materiais pedagógicos estruturados. Com a Lei Nº 15.921, em 2016, o PAIC foi ampliado para o Programa de Aprendizagem na Idade Certa – MAIS PAIC, incorporando ações abrangentes na Educação Infantil e Literatura Infantil. O Governo do Estado reafirmou seu compromisso com a Educação Infantil, assumindo a corresponsabilidade com os municípios, o que foi solidificado pelo Programa Mais Infância Ceará, que surge sob a égide da intersetorialidade, com foco na articulação entre os setoriais que atendem diretamente a primeira infância no estado.

No âmbito das ações voltadas à Primeira Infância, o Programa Mais Infância Ceará constituiu-se como continuidade e ampliação das iniciativas desenvolvidas sob o Regime de Colaboração entre o Estado e os municípios. Nesse contexto, a Coordenadoria de Educação e Promoção Social (COEPS) foi instituída, em 2019, no âmbito da Secretaria da Educação do Estado do Ceará (Seduc/CE), com a finalidade de oferecer apoio técnico e pedagógico às redes municipais, contribuindo para a formulação, implementação e monitoramento de políticas educacionais voltadas à Primeira Infância.

Essa trajetória, marcada por determinação política, parcerias institucionais e compromisso coletivo, consolidou o Regime de Colaboração do Ceará como referência nacional, sustentado por uma prática de solidariedade federativa e corresponsabilidade social na promoção do direito à educação das crianças cearenses. É nessa perspectiva que o apoio técnico-pedagógico designado às redes municipais de ensino, por meio do trabalho da Secretaria de Educação do Estado do Ceará, tem desempenhado um papel de importante relevância para a construção de uma educação com qualidade e equidade em todo estado.

Nesse sentido, a formação continuada de professoras/es, a articulação entre políticas colaborativas e os processos formativos em serviço têm sido objeto de análise de diversos estudiosos. Barretto (2015, p. 23) afirma que a formação docente deve ser concebida como “um processo contínuo e coletivo, que se realiza no contexto da prática e se nutre das necessidades reais das escolas e das comunidades educativas”. Essa perspectiva é central para compreender o modelo adotado pelo Ceará, no qual a formação continuada ocorre em rede, com

acompanhamento pedagógico permanente e ênfase na construção de saberes contextualizados.

De acordo com Dourado (2011, p. 38), “a valorização dos profissionais da educação tem sido objeto de vários olhares, proposições e lutas políticas, permeado por concepções distintas sobre valorização, bem como sobre quem são os profissionais da educação”, o que evidencia a complexidade das disputas conceituais e políticas em torno da construção de políticas de formação e reconhecimento docente no Brasil.

No caso cearense, a formação oferecida às/aos professoras/es e gestoras/es da Educação Infantil por meio da CADIN, configura uma ação de valorização docente e de formação em contexto (Barbosa, 2012), voltada à melhoria das práticas pedagógicas e ao fortalecimento das identidades profissionais dos educadores da primeira infância, considerando o cotidiano escolar.

Do ponto de vista das teorias pedagógicas, é importante reconhecer que a formação de professores da Educação Infantil deve dialogar com as concepções de desenvolvimento humano e aprendizagem formuladas por Vygotsky, Wallon e Piaget, as quais ressaltam a importância das interações sociais, do afeto e do brincar como eixos estruturantes do desenvolvimento infantil.

Vygotsky (1998) defende que o aprendizado se dá nas interações e nas mediações simbólicas, o que exige do professor um papel de mediador sensível e intencional. Já Wallon (1975) aponta que o desenvolvimento da criança é simultaneamente cognitivo, social, cultural e emocional, o que implica considerar os aspectos socioemocionais e culturais nas práticas pedagógicas. Piaget (1971), por sua vez, destaca o caráter construtivo da aprendizagem, que se realiza pela ação da criança sobre o meio, reafirmando o princípio de que a Educação Infantil deve favorecer a autonomia e o pensamento criativo.

Esses fundamentos dialogam diretamente com a Célula de Apoio e Desenvolvimento da Educação Infantil, CADIN, com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2009), a BNCC, o DCRC, e as Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil (Brasil, 2024), que reafirmam o direito da criança a “brincar, conviver, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se”. A prática colaborativa entre Estado e municípios

cearenses, ao assegurar formação contínua e apoio pedagógico às redes, contribuiu para que esses direitos sejam assegurados e incorporados ao cotidiano das instituições de Educação Infantil, ampliando o alcance e a qualidade da política pública.

Para ampliar a reflexão sobre a importância das nuances na formação de professoras(es) e gestoras(es), é pertinente considerar o que defende Shulman (2014), ao afirmar que esses profissionais, além de dominarem os conteúdos acadêmicos, precisam desenvolver competências que lhes permitam criar condições qualitativas para o desenvolvimento integral de todas(os) que estão matriculadas(os) na escola.

Nesse sentido, possuir conhecimentos científicos e habilidades para utilizar estratégias didáticas eficazes, refletir sobre as práticas educativas e de cuidado, bem como saber escutar e respeitar as necessidades das crianças e adolescentes, são aspectos fundamentais.

O autor citado explica que as dimensões *inter-relacionadas do conhecimento do conteúdo, do conhecimento pedagógico do conteúdo e do conhecimento curricular* devem ser compreendidas como requisitos essenciais para a atuação de professoras(es), com qualidade e a mediação de gestoras(es) competentes. Esses elementos contribuem para compreender como educar e cuidar de maneira integrada e indissociável, por meio de boas estratégias e técnicas que favoreçam a aprendizagem qualitativa, respeitando os campos de experiências e direitos de aprendizagem. Além disso, auxiliam na capacidade de organizar o espaço e o ambiente educacional, considerando as peculiaridades e as características das crianças, a cultura escolar e os aspectos sociais e políticos que influenciam o processo educativo e de cuidados (Almeida et al., 2019).

Complementarmente, Freire (2021, p. 13) ressalta que, no contexto da formação de professoras(es), apenas executar, exercitar ou praticar determinadas ações não é suficiente. Para ele, é imprescindível desenvolver competências, habilidades, conhecimentos e uma postura reflexiva sobre a própria prática. Nessa perspectiva, quando as estratégias formativas são voltadas para o desenvolvimento profissional de professoras(es), gestoras(es) e demais profissionais da Educação Infantil, é fundamental que o tema sobre a formação continuada seja um elemento

estruturante de qualidade e sirva como instrumento de valorização (Gatti 2009 *apud* Moriconi et al., 2017).

Reconhece-se que o papel de cada gestora(or) e professora(or) da Educação Infantil ultrapassa a lógica da docência bancária, entendida como mera transmissão de conteúdos. Esse profissional tem a responsabilidade de atuar como mediadora(or) do conhecimento, facilitadora(or) das aprendizagens e agente central no processo de socialização, interações e brincadeiras, contribuindo para ampliar, de forma qualitativa, o desenvolvimento integral das crianças.

O contexto educacional atual exige que gestoras(es) e professoras(es) dominem não apenas teorias pedagógicas, mas também saibam trabalhar com as competências socioemocionais, tecnológicas e interculturais, capazes de responder à complexidade e à pluralidade do ambiente escolar e das potencialidades das crianças e suas múltiplas linguagens.

Nesse sentido, as estratégias formativas tornam-se o principal meio de atualização e aprimoramento do fazer pedagógico, permitindo que cada professora(or), com apoio de gestoras(es) competentes reflita sobre sua prática, compartilhe experiências e reelabore suas concepções de educação e de cuidados.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em síntese, o Regime de Colaboração, ao articular responsabilidades, saberes e práticas entre os entes federados, constitui-se como pilar de sustentação da política educacional cearense. A partir de sua institucionalização, o Estado do Ceará desenvolveu uma estratégia inovadora de formação continuada e em serviço, que fortaleceu as capacidades locais de gestão, promoveu o desenvolvimento profissional docente e assegurou avanços significativos na qualidade da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Como destaca Vieira (2013, p. 109), “o Ceará materializa o princípio constitucional da colaboração, transformando-o em ação pedagógica e em cultura de corresponsabilidade pela aprendizagem de todas as crianças”.

Esse percurso evidencia que o Ceará construiu uma política educacional sólida, equitativa e sustentável, baseada em parcerias institucionais e no planejamento integrado entre Estado e municípios. O Programa Alfabetização na

Idade Certa (PAIC) representou o marco inicial dessa trajetória, configurando-se como uma experiência exemplar de governança compartilhada e apoio técnico-pedagógico às redes municipais. O êxito do programa demonstrou que a cooperação federativa, quando acompanhada de formação continuada, monitoramento e acompanhamento técnico pedagógico, gera transformações efetivas nas práticas escolares e nos resultados de aprendizagem.

Nos anos seguintes, a Secretaria da Educação do Estado do Ceará (Seduc/CE) ampliou seu compromisso com o desenvolvimento da Primeira Infância, compreendendo-a como etapa essencial para a promoção da equidade e da justiça social. A criação, em 2019, da Coordenadoria de Educação e Promoção Social (COEPS) simboliza esse avanço institucional, conferindo visibilidade, estrutura e prioridade política às ações voltadas à Educação Infantil e à formação de seus profissionais. A partir dessa nova estrutura, consolidou-se uma política articulada de apoio técnico e pedagógico aos municípios, com ênfase na formação continuada de professoras/es, gestoras/es e demais profissionais da Educação Infantil.

A atuação da COEPS, por meio da CADIN e das CREDE/CECOM, reafirma o compromisso da Seduc com a promoção de práticas pedagógicas sensíveis, inclusivas e humanizadoras, que valorizam a criança como sujeito histórico, de direitos e de múltiplas linguagens. Essa política pública tem impulsionado a construção de ambientes educativos acolhedores, a ampliação da escuta e da participação infantil e o fortalecimento da identidade profissional docente, aspectos fundamentais para a consolidação de uma Educação Infantil com equidade e de qualidade social. Vale ressaltar que, embora o Programa de Alfabetização na Idade Certa apresente resultados expressivos e seja reconhecido como referência nacional no Brasil, sua implementação não está isenta de limites estruturais, especialmente no que diz respeito ao financiamento. A participação financeira do governo estadual, ainda que fundamental para a viabilização técnica e pedagógica do programa, pode gerar uma relação de dependência técnica e orçamentária dos municípios, particularmente daqueles de pequeno porte, que possuem menor capacidade de arrecadação e gestão fiscal. Tal dependência torna-se ainda mais sensível em contextos de transição governamental, nos quais mudanças de prioridades políticas podem comprometer a continuidade das ações e dos investimentos.

Além disso, por se tratar de um programa centrado na alfabetização na idade certa, há um esforço significativo para que as políticas públicas estaduais de formação de professoras(es) e gestoras(es) da Educação Infantil promovam processos permanentes de formação continuada, conferindo visibilidade às especificidades da primeira Etapa da Educação Básica. Essa perspectiva compreende a alfabetização como um processo progressivo e contínuo, que mobiliza múltiplas dimensões do desenvolvimento infantil – afetiva, cognitiva, social e cultural, afastando-se da ideia de uma etapa restrita à instrução formal precoce. Nessa direção, evidencia-se a necessidade de evitar a antecipação de práticas escolarizadas e sistematizadas na Educação Infantil, assegurando o respeito às diretrizes pedagógicas que concebem a infância como tempo de experiências, brincadeiras, interações e construção de sentidos, mediado pela ludicidade.

Entretanto, podem emergir contradições inerentes ao próprio desenho institucional do programa. O papel indutor e regulador do governo estadual, embora estratégico para assegurar padrões mínimos de qualidade e alinhamento pedagógico, pode tensionar a autonomia dos municípios na organização de suas políticas públicas educacionais. Soma-se a isso o mecanismo de ranqueamento e premiação por resultados, que, embora incentive o cumprimento de metas, pode intensificar disputas entre redes e escolas, reforçando lógicas competitivas em detrimento da cooperação e da equidade.

Outro ponto crítico refere-se à possibilidade de descontinuidade pedagógica nos anos finais do ensino, quando nem sempre há articulação consistente entre as políticas de alfabetização e as demais etapas da Educação Básica. Essa fragmentação pode comprometer a consolidação das aprendizagens iniciais e enfraquecer a progressão formativa dos estudantes.

Os desafios enfrentados pelos municípios são heterogêneos e variam conforme suas condições socioeconômicas, estruturais e administrativas. Municípios de pequeno porte, por exemplo, tendem a enfrentar maiores dificuldades relacionadas à escassez de recursos humanos qualificados, à alta rotatividade de professores(as) e gestores(as) e à limitação de equipes técnicas permanentes, o que compromete a memória institucional e a continuidade das ações formativas e

pedagógicas. Além disso, as desigualdades socioeconômicas impactam diretamente as condições objetivas de aprendizagem das crianças.

Diante desse cenário, o acompanhamento pedagógico contínuo configura-se como elemento estratégico para a sustentabilidade e a qualidade do programa. Não se trata apenas de monitoramento técnico, mas de um processo sistemático de escuta, orientação, avaliação formativa e replanejamento, capaz de assegurar coerência entre as diretrizes do programa e as práticas escolares. Assim, mesmo diante de limites e contradições, tais desafios não invalidam os avanços qualitativos alcançados, mas evidenciam a necessidade de aprimoramento permanente, do fortalecimento do regime de colaboração e consolidação de políticas educacionais estruturantes e duradouras.

Desse modo, o Ceará se destaca no cenário nacional como referência na implementação do Regime de Colaboração, transformando o princípio constitucional em prática política, pedagógica e ética. Ao compreender a educação como responsabilidade compartilhada e a formação docente como instrumento de transformação, o Estado reafirma seu compromisso com uma educação pública de qualidade, democrática e equitativa, que reconhece a Primeira Infância como prioridade absoluta.

Assim, o percurso histórico e formativo do Ceará evidencia que a articulação entre vontade política, planejamento estratégico e compromisso social é capaz de produzir políticas educacionais duradouras, enraizadas nos territórios e comprometidas com o direito de aprender e de se desenvolver desde a infância. Essa experiência constitui um legado de corresponsabilidade e esperança, reafirmando que investir na formação qualificada de professoras/es e na garantia de uma educação e de um cuidado de qualidade para as crianças significa investir no futuro humano e social do Ceará e do Brasil.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **Formação de professores da educação infantil: entre políticas e práticas**. Porto Alegre: Mediação, 2012.

BARRETTO, Elba Siqueira de Sá. **Formação de professores: políticas, concepções e desafios**. São Paulo: Cortez, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: MEC, 1996.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF: MEC/CNE, 2009.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e Constituição: direito à educação e dever de educar**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

DOURADO, Luiz Fernandes (org.). **Plano Nacional de Educação (2011-2020): avaliação e perspectivas**. Goiânia: Editora UFG; Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FOCHI, Paulo. **A documentação pedagógica como estratégia de formação docente**. Porto Alegre: Mediação, 2013.

GOMES, F. R. P.; BRAGA, M. R.; SOUSA, M. V. A alfabetização como um direito: a experiência do Mais Paic. In: LINARD, A. G. O. (org.). **Educação de qualidade em regime de colaboração**. Fortaleza: Seduc-CE, 2020. p. 69-83. Disponível em: [https://www.sps.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/16/2024/04/livro\\_educacao\\_em\\_regime\\_de\\_colaboracao\\_virtual.pdf](https://www.sps.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/16/2024/04/livro_educacao_em_regime_de_colaboracao_virtual.pdf). Acesso em: 3 nov. 2025.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação continuada de professores**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

KRAMER, Sonia. Formação de profissionais da educação infantil: questões e tensões. In: MACHADO, Maria Lúcia de A. (org.). **Encontros e desencontros em educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 93-108.

NÓVOA, António. **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia. **A formação em contexto: uma estratégia de integração**. Porto: Porto Editora, 2002.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia. **A pedagogia da infância: dialogando com a Reggio Emilia**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia. **A escola vista pelas crianças: perspectivas de uma pedagogia participativa**. Porto: Porto Editora, 2011.

OSTETTO, Luciana Esmeralda. **Formação de professores: caminhos e perspectivas na educação infantil**. Campinas: Papyrus, 2000.

OSTETTO, Luciana Esmeralda. **Educação infantil: saberes e fazeres da formação docente**. Campinas: Papyrus, 2011.

PIAGET, Jean. **A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação.** Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

PIRES, Iêda; MACÁRIO, Genivaldo; PINTO, Wandelcy. A formação continuada dos(as) professores(as) de educação infantil do Ceará: a cooperação com os municípios avançando para a qualidade da educação. In: LINARD, A. G. O. (org.). **Educação de qualidade em regime de colaboração.** Fortaleza: Seduc-CE, 2020. Disponível em: [https://www.sps.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/16/2024/04/livro\\_educacao\\_em\\_regime\\_de\\_colaboracao\\_virtual](https://www.sps.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/16/2024/04/livro_educacao_em_regime_de_colaboracao_virtual). Acesso em: 3 nov. 2025.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação infantil: desafios e perspectivas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 107, p. 7-34, 1999.

SAVIANI, Dermeval. **Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação: significado, controvérsias e perspectivas.** Campinas: Autores Associados, 2011.

VIEIRA, Sofia Lerche. Regime de colaboração e gestão democrática da educação: o caso do Ceará. In: DOURADO, Luiz Fernandes (org.). **Gestão da educação: políticas e práticas.** Goiânia: UFG, 2013. p. 95-112.

VIEIRA, Sofia Lerche; VIDAL, Eloísa Maia. Política de alfabetização no Ceará: impactos e desafios. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 90, p. 92-110, 2016.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WALLON, Henri. **A evolução psicológica da criança.** Lisboa: Edições 70, 1975.